06.199-26.02-08.

# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

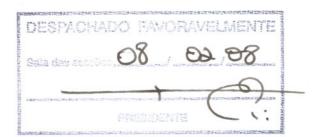
<u>Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450</u> C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br www.camaracm.com.br Bancada PSL

## <u>INDICAÇÃO</u>

PODEM LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo Nº 03 /2008
Campo Mourão, 04/01/03 Horas 16:51



O Vereador que a presente subscreve, nos Termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicita que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Nelson José Tureck, sugerindo que realize a manutenção e melhoria da iluminação pública das Vias localizadas às margens da Usina Mourão, nos seguintes trechos: da Sede campestre do DER até ao seu final e na Via que passa pela Associação do BANESTADO até ao final, passando por várias Associações, inclusive a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campo Mourão.

Justificativa:

As instalações da iluminação pública da citada via encontram-se danificadas sem lâmpadas e mesmo assim os proprietários estão pagando a taxa de iluminação pública sem que a mesma esteja funcionando adequadamente.

A reivindicação é dos moradores, associados que freqüentam as associações e dos proprietários de terrenos da localidade especialmente do **Senhor Jorge Mazzo**, **proprietário da Empresa Roda Freio**.

P. Deferimento.

Poder Legislativo de Campo Mourão, 4 de janeiro de 2008.

Ademir Franco de Lima

LFP.

IND. 01/2008 - manutenção da iluminação pública na Usina Mourão.

#### A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 - SOBRE A MATÉRIA:

SOBRE A MATÉRIA:
X ) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.
) existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.
QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:
) Não
) Sim, Conforme anexo
QUANTO À PREJUDICIALIDADE:
X ) não há qualquer óbice.
) a proposição é idêntica a outra (anexo) ( ) Já aprovada (167, I, a RI) ( ) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b) ( ) Já transformado em diploma legal (167, I, C)
) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.
) Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.
QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.
(X) não há qualquer óbice.
( ) a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.
( ) a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação -
(em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.
( ) a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.
( ) a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.
Campo Mourão, O7 de Janeiro de 2008.
ELIAS DA SILVA

Chefe da Divisão Legislativa



### PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

#### ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

[e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

Assessoria Jurídica

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:
(➡) Indicação nº       O23 /2008       ( ) Projeto de Lei nº       /2008         ( ) Indicação Legislativa nº       /2008       ( ) Projeto de Resolução       /2008         ( ) Requerimento       /2008       ( ) Emenda à L.O.M. nº       /2008         ( ) Outros       /2008       ( ) Moção nº       /2008
AUTOR (ES):
OCORRÊNCIAS:
Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
( ) Verificação de Prejudicialidade.
( ) Vício de competência da matéria. Competência do (a)
( ) Vício de origem. Competência privativa do (a)
( ) Inconstitucional por ferir:
( ) Inorgânico por ferir:
( ) llegal por ferir:
( ) Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas
( ) Necessário corrigir nos seguintes pontos:
( ) Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
( ) Parecer Jurídico em anexo.
( ) Diligências necessárias ou sugeridas:
( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no artda LDO.
( ) A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no artdo PPA.
Parecer prolatado em 06 102 /2008.
( ) favorável à tramitação. ( ) favorável à tramitação com emendas. ( ) Pela apresentação de substitutivo ( ) Contrário à tramitação ( ) Diligências.
GIOVANE JOSÉ MARTINS